



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

ATA Nº 6/2024

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente, Paulo Manuel Lopes dos Santos, coadjuvado pela primeira secretária, Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto, e pela segunda secretária, Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte *ORDEM DE TRABALHOS*:

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 13 de setembro de 2024.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Constituição da Comissão de Revisão do Regulamento de atribuição de Galardões.
4. Moção de solidariedade para com as populações atingidas pelos incêndios de setembro/2024, apresentada pela Assembleia Municipal do Município do Cadaval, para conhecimento.
5. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.
6. Análise, discussão e votação do Regulamento da atividade "A Pedalar com e até Maria".
7. Análise, discussão e aprovação do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para construção de casas sociais.
8. Análise, discussão e aprovação do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para fornecimento de energia elétrica.
9. Discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa (Revisão) em baixa - ano de 2024.
10. Discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2025 a 2029) - ano financeiro 2025.
11. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2025.
12. Discussão e votação da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2025.
13. Discussão e votação da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).
14. Discussão e votação da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2025.
15. Discussão e votação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2025.
16. Discussão e votação da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI Familiar) – Ano 2025.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

17. Para conhecimento: 1ª Correção Material da 1ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Sátão.
18. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
19. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas nove horas e quarenta minutos, deu início à sessão.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Carlos Sousa, Vítor Figueiredo e Paula Cardoso. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Vaz, também esteve presente.

Estiveram presentes:

O Sr. Presidente da Assembleia: Paulo Manuel Lopes dos Santos

A 1ª Secretária da Assembleia: Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto

A 2ª Secretária da Assembleia: Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina

Os Membros: Sandra Almeida Cravo Fonseca, Sérgio Almeida Ferreira, Rui Miguel Loureiro Cabral, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Maria de Lurdes Gonçalves Almeida, Hélder José de Jesus Vaz, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Rui Miguel Almeida Lopes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, Rosa Maria Saraiva Simões, Joaquim José Cruz Afonso Albuquerque, Gonçalo Rui Martins Magalhães, José Luís Correia de Almeida, Carina Celeste Alves Pinto.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: António Gomes de Sousa – Avelal; Marcelo Morgado Rodrigues – Ferreira de Aves; Agostinho Machado Rodrigues – Mioma; Hélder Alexandre Almeida Baptista – Rio de Moinhos; Manuel António Pina Lopes – São Miguel de Vila Boa; António José Filipe Carvalho – Sátão; João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador – Silvã de Cima; David Micael Mota Tavares – Águas Boas e Forles; Olindo de Albuquerque Pimentel – Presidente da Junta da União das Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos membros que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência de André Roxo Xavier de Sá e de Tiago Orlando Jesus Rebelo, tendo sido substituídos por Tiago André Cardoso Figueiredo e Sofia Alexandra Almeida Ribeiro, respetivamente.

Faltou: António Carlos Rodrigues.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia: Deu início à sessão cumprimentando todos os presentes e, como não havia público inscrito, abriu os Trabalhos, solicitando autorização para a inclusão do seguinte ponto na Ordem de Trabalhos:

«Para conhecimento: 1ª Correção Material da 1ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Sátão.»

Após uma breve explanação dos motivos daquela solicitação, foi aprovada, por unanimidade, a inclusão do ora ponto 17 na Ordem de Trabalhos para a presente Sessão.

De seguida, colocou à votação a justificação da falta à presente reunião, por motivos de força maior, apresentada pelo Sr. Deputado António Carlos Rodrigues.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Posta à votação, a justificação da falta foi aprovada, por unanimidade.

Dando continuidade à sessão, passou de imediato ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, abrindo o período de inscrições.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 13 de setembro de 2024.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, colocou a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 13 de setembro de 2024 à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que o documento foi aprovado, por unanimidade.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Deu conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida desde a última reunião ordinária, colocando-a à disposição dos senhores deputados que a quisessem consultar.

Inscrições: Não houve inscrições.

Ainda no período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Abriu as inscrições para que os Srs. Deputados se pronunciassem neste período.

Inscrições: Marco Girão; Rui Silva; Gonçalo Magalhães; Ricardo Almeida.

Marco Girão: Iniciou a sua intervenção dizendo

Exmº Sr. Presidente da Assembleia,

Exmº Senhor Presidente do Município,

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Exmos. Senhores deputados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Senhor Presidente do Município,

Na reunião de câmara ocorrida em 19 de setembro último, no ponto 2 da ordem de trabalhos, designado pagamento de despesas, honorários e custas judiciais, no âmbito do processo 53/22.0T9SAT, que correu os seus trâmites no Juízo de Competência Genérica de Sátão, o senhor presidente deu conhecimento desse assunto ao restante executivo municipal e apresentou documentação comprovativa dos encargos daí resultantes e decorrentes da sua intervenção no referido processo, na qualidade de assistente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Como o Sr. Presidente bem sabe o pagamento de despesas relativas a processos judiciais, no âmbito do artigo 21º do Estatuto dos Eleitos Locais, depende da verificação cumulativa de vários pressupostos.

O que lhe pergunto, Senhor Presidente, é se considera que os pressupostos legalmente estabelecidos para o reembolso das ditas despesas foram integralmente cumpridos?

Muito obrigado.»

Rui Silva: Após os habituais cumprimentos, iniciou a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e a todos os seus colaboradores, pelos eventos que realizou durante o ano de 2024, e que foram todos um sucesso. Enumerando esses eventos, considerava que apenas a Feira do Míscaro não estava desenvolvida de acordo com as suas potencialidades, pois poderia e deveria ser melhor aproveitada, sobretudo o espaço e o investimento, dilatando o evento por dois dias, incluindo a festa das sopas no sábado. Dentro da tenda, dever-se-ia aproveitar melhor o espaço, colocando os Expositores apenas nas laterais e com menores dimensões, retirando os expositores centrais. Referiu ainda que, como se verifica, faz mesmo falta um Pavilhão Multiusos e o melhor local onde o implantar, na sua opinião, seria junto ao Campo de Futebol da Premoreira, concretamente no lugar da Feira e não no local onde o Sr. Presidente da Câmara o projetou, juntando, deste modo, o Desporto e a Cultura. Depois disse que o circuito da Ciclovía estava mal projetada, pois verifica-se que durante a realização de alguns eventos, a parte que se encontra no Largo de São Bernardo, fica inacessível. Questionou o Sr. Presidente sobre o ponto de situação da estrada de Samorim para Vila Cova. Reiterou a sua proposta de criação do “Cartão Freguês”, possibilitando descontos aos Municípios, nas Lojas aderentes. Terminou a sua intervenção deixando uma homenagem e um agradecimento aos seus pais, que durante mais de trinta anos ajudaram o Concelho mantendo aberto o Restaurante “Encontro dos Amigos”, estando sempre disponíveis para ajudar, sobretudo os Bombeiros que, em épocas difíceis de incêndios, a sua disponibilidade era total, sem horários de fecho ou abertura, para fornecerem as necessárias refeições, fosse a que horas fosse.

Gonçalo Magalhães: Depois de cumprimentar os presentes disse que iria abordar apenas um assunto: a Feira do Míscaro. Dizendo que esta era uma Feira que trazia muita gente ao Concelho, colocou as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

1ª se tinham noção do número de pessoas que estiveram na tenda, pois seria muito fácil saber-se se houvesse um contador de pessoas à entrada;

2ª qual o valor da tenda;

3ª tendo realizado um custo, porque não se aproveitava a tenda e se rentabilizava um certame por três dias, criando uma rota do míscaro pelos Restaurantes;

4ª tendo referido no seu discurso que foi a primeira vez que um membro do Governo veio à Feira do Míscaro, perguntou se alguma vez tinha convidado os outros.

Ricardo Almeida: Começando por cumprimentar todos os presentes, teve a seguinte intervenção: «Hoje venho propor algo essencial para promover a participação cidadã e reforçar a ligação entre os municípios e as decisões que afetam o futuro do nosso concelho: a criação de uma **verba destinada a um Orçamento Participativo**.

Este mecanismo permite que os cidadãos proponham e escolham diretamente projetos a ser financiados, como melhorias em infraestruturas, atividades culturais, desportivas ou ambientais.

O Sátão tem muito a ganhar com esta iniciativa. Seria uma forma de dar voz aos nossos cidadãos, valorizando as suas ideias e necessidades específicas. Com uma pequena percentagem do orçamento municipal, podemos financiar projetos concretos que, ao mesmo tempo, estimulariam um sentido de pertença e responsabilidade comunitária.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Municípios em todo o país já implementaram o Orçamento Participativo com sucesso, gerando resultados positivos e maior transparência na gestão pública. Se queremos um concelho mais inclusivo e democrático, está na hora de avançarmos para esta prática inovadora.

Lanço aqui o repto ao executivo e aos meus colegas deputados: que assumamos o compromisso de reservar uma verba específica já no próximo orçamento para um Orçamento Participativo, através de uma possível Revisão.

Um segundo aspeto que quero aqui salientar é dar os parabéns pelo trail do Míscaro, eu próprio participei, foi engraçado. Quero deixar um sinal de alerta para a parte logística no fim, pois não correu bem, a 100%. Mas não pegando nas coisas más, sim senhor, foi um bom Evento.»

Presidente da Câmara: Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por responder ao Sr. Deputado Ricardo, dizendo que, em tempos, pensaram no orçamento participativo. No entanto, por diversos motivos, acabaram por abandonar essa ideia. Entretanto a CIM lançou um repto para que se cogitasse a possibilidade de fazer um orçamento participativo. Assim, voltamos a pensar no assunto e, quando for a altura exata, ver-se-á. Em relação ao Trail do Trábulo referiu que tinha corrido muito bem, sabendo-se de antemão que haverá sempre quem aponte um ou outro aspeto negativo, o que era normal. Houve muita adesão, inclusive participantes que vieram do estrangeiro, nomeadamente de França. O problema que o Sr. Deputado apontou em relação à logística no final do Evento, deveu-se ao facto de todos quererem ir ao caldo verde, alguns mais que uma vez, e por isso a fila era longa. Respondendo ao Sr. Deputado Gonçalo, a respeito da Feira do Míscaro, disse que aquele tinha sido o 17º Evento e, durante estes 17 anos, estiveram vários e diferentes Governos no Poder, mas, de facto, esta foi a primeira vez que convidou alguém do Governo. Referindo que não teve intenção de empolar nada, disse que convidou agora o Sr. Secretário de Estado como poderia ter convidado um outro qualquer Governante durante estes 17 anos, até porque, o PSD, já foi Governo nestes anos, não é só agora. Quanto ao facto de o Secretário de Estado não ter vindo ao Sátão na altura dos incêndios, disse que, provavelmente aconteceu porque, apesar de tudo, o Sátão foi um dos concelhos que menos sofreu com esse flagelo. Voltando ao assunto da Feira do Míscaro, revelou que há algum tempo também se realizou em dois dias, mas o resultado não foi satisfatório, antes pelo contrário. Por isso, é preferível ter um dia de Feira e ser um sucesso, do que ter dois dias e ser um fracasso. No entanto iram pensar nessa possibilidade, novamente. A respeito do número de pessoas que entrou na tenda, respondeu que não dispunha desse número. Ainda sobre este tema referiu que não queria retirar o estatuto de feira àquele evento, pois dava-lhe imenso gosto, no final da feira falar com os expositores e perguntar-lhes como tinha corrido, se tinha valido a pena e obter o *feed-back* deles que, por norma, era sempre positivo. Respondendo ao Deputado Rui Silva acerca do Pavilhão Multiusos, disse que se fosse colocado no recinto da Feira, iriam ocupar todo aquele espaço. Atualmente, devido às infraestruturas desportivas que foram construídas numa parte desse espaço, o espaço restante não comportaria o dito Pavilhão, até porque a Feira, bimensal, é para manter. Relativamente à estrada entre Samorim e Vila Cova, informou que se encontrava tudo pronto para iniciação dos trabalhos que não tardariam a arrancar. Quanto ao Cartão Freguês disse que era um assunto a pensar. Em resposta ao Sr. Deputado Marco Girão disse estavam cumpridos todos os pressupostos que elencou. Se o Sr. Deputado achar que não, haverá sempre os Tribunais para indagar, sem qualquer tipo de problema.

Marco Girão:

«Senhor presidente,

O reembolso de despesas relativas a processos judiciais, tal como ele está previsto no artigo 21º do Estatuto dos Eleitos Locais, depende da verificação cumulativa de três pressupostos:

O primeiro impõe serem as despesas provenientes de processos judiciais em que o eleito local tenha sido parte;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

O segundo impõe que esses processos tenham tido como fundamento o exercício de funções desse eleito local; O terceiro obriga a que tenha ficado provado que, no exercício dessas funções, não tenha existido, por parte do eleito local, qualquer tipo de culpa, dolosa ou negligente;

Por conseguinte, parece-me que o procedimento correto passa pelo eleito local apresentar, apenas e só após o trânsito em julgado da sentença, as despesas documentadas e por ele suportadas.

Parece-me, também, que esse é um assunto a ser analisado e discutido em reunião de câmara, aferindo-se, nessa discussão e nesse momento, pelo preenchimento, ou não, de todos os pressupostos legais exigíveis, estando reservado ao executivo o poder de autorizar o pagamento, total, ou parcial, das despesas anteriormente suportadas pelo eleito local.

Nesse sentido devo alertá-lo, Senhor Presidente, que os municípios não estão obrigados a reembolsar aos eleitos locais a totalidade das despesas apresentadas.

Neste ponto dois interesses entram em conflito. Se de um lado temos o direito individual do eleito local, do outro, temos a responsabilidade financeira e orçamental do município, que aconselha a uma boa gestão dos dinheiros públicos – direito e valor que devem ser ponderados e conciliados.

Desse modo, aquando da determinação de qual a quantia a reembolsar ao eleito local, a autarquia não está impedida de, face à análise efetuada, decidir um reembolso apenas parcial das despesas apresentadas.

Por isso, Senhor Presidente, o procedimento adotado na reunião de câmara de 19 de setembro último, além de não ter sido o adequado foi, também, de duvidosa legalidade, uma vez que o Senhor Presidente apenas se limitou a dar conhecimento do assunto e não suscitou a apreciação, a discussão e a eventual deliberação do mesmo por parte do executivo municipal.

No âmbito dessa análise e discussão, caso a mesma tivesse ocorrido, o executivo municipal teria tido a obrigação de verificar se a decisão transitada em julgado confirmava a ausência de dolo ou negligência, no cumprimento das suas funções, por parte do Sr. Presidente.

De igual forma poderia, caso assim o entendesse, solicitar um parecer, sobre os honorários apresentados, ao Conselho Superior da Ordem de Advogados.

Finalmente, Senhor Presidente, não deixei de verificar, pela documentação apresentada, que relativamente às despesas com o seu advogado, não houve, de facto, um reembolso de despesas, tal como está expressamente implícito na lei.

Aliás, a fatura foi emitida em nome do município. Disso resultou o pagamento efetuado pela câmara, no dia 5 de novembro último, ao advogado que o patrocinou no referido processo, situação que subverte a factualidade subjacente, ou seja, fica a ideia que foi a câmara municipal que recorreu aos serviços do seu advogado, e não o Senhor Presidente.

Parece-me óbvio que o Sr. Presidente deveria ter pago os honorários ao seu advogado e depois deveria ter aguardado pela análise e decisão do executivo municipal relativamente ao assunto.

Face às dúvidas colocadas, e enquanto membro desta Assembleia, sinto-me na obrigação de, mais uma vez, solicitar a intervenção das autoridades competentes, no sentido de fiscalizar a regularidade e a legalidade dos procedimentos que o senhor presidente adotou nesta matéria.

Muito obrigado.»

Presidente da Câmara: Respondeu que foram verificados os três pressupostos que o Sr. Deputado elencou. Em relação ao Sr. Deputado ir solicitar a Intervenção das autoridades competentes para fiscalizar o procedimento, referiu que aguardava calma e serenamente o veredito do Ministério Público. E que se tiver que repor o dinheiro, fá-lo-á sem qualquer tipo de problema. Informou que neste processo existiram duas situações: uma enquanto Presidente de Câmara - Órgão Vicário, e outra como Câmara Municipal - Órgão Executivo. Terminou a sua intervenção reiterando que aguardava, calmamente, a comunicação do Ministério Público.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, prosseguiu os trabalhos, passando ao ponto seguinte.

III ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

3. Constituição da Comissão de Revisão do Regulamento de atribuição de Galardões.

Presidente da Assembleia: Referiu que este ponto surge na sequência de uma proposta que o Sr. Deputado Ricardo Almeida apresentou na sessão anterior, de 13 de setembro (**Anexo 1** à ata). O que está ali em causa era a constituição da Comissão para revisão do Regulamento de Atribuição de Galardões Municipais. Dito isto colocou o assunto à discussão, abrindo o período de inscrições.

Inscrições: Miguel Cabral; Ricardo Almeida.

Miguel Cabral: Interveio dizendo o seguinte:

«Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e respetiva mesa.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara,

Exmos. Deputados Municipais,

Em nome da bancada do PSD, quero começar por expressar o nosso apoio à proposta apresentada pelo PS, na última reunião da AM, quanto à revisão do Regulamento dos Galardões Municipais.

Este regulamento, que data de 2002, é certamente merecedor de uma atualização. Ao longo dos últimos 20 anos, a realidade social, económica e cultural do nosso concelho evoluiu significativamente, e é justo que também o regulamento reflita essa evolução. Os Galardões Municipais representam o reconhecimento oficial do mérito e da dedicação à comunidade, seja em áreas como o associativismo, a cultura, o desporto ou o serviço público. Esta é uma forma de valorizar quem tem contribuído para o desenvolvimento e bem-estar do nosso concelho, razão pela qual um regulamento bem estruturado e atualizado é essencial.

Concordamos, por isso, com a criação de um grupo de trabalho multipartidário que possa avaliar e propor as alterações necessárias para adequar o regulamento às exigências atuais. É positivo que este grupo de trabalho seja composto por representantes de todos os partidos com assento nesta Assembleia, promovendo assim uma análise abrangente e diversa dos pontos que possam ser revistos.

Contudo, há um aspeto desta proposta com o qual a nossa bancada não pode concordar: a distribuição dos membros do grupo de trabalho. Uma vez que o PSD possui a maioria nesta Assembleia Municipal, é lógico que a representação no grupo de trabalho reflita essa realidade. A nossa sugestão é que o grupo de trabalho seja composto por 5 membros, distribuídos da seguinte forma: 3 membros do PSD, 1 membro do PS e 1 membro do CHEGA. Esta composição, além de respeitar a representatividade, também assegura uma maior legitimidade das decisões tomadas no seio deste grupo, que serão, em última análise, submetidas à apreciação desta Assembleia.

Assim, reiteramos o nosso apoio à revisão do regulamento e à criação de um grupo de trabalho multipartidário, mas pedimos que seja revista a distribuição dos membros para melhor refletir a representatividade dos partidos nesta Assembleia. Acreditamos que, com este ajuste, poderemos ter um processo ainda mais justo e transparente, que resulte num regulamento adequado e consensual.

Obrigado.»

Ricardo Almeida: Renovando as saudações, disse que era com muito agrado que viam a reação da parte do PSD, em acolher a sua proposta. No entanto, a proposta em relação à criação do Grupo de trabalho ser na proporção 3-1-1, na sua opinião, ficava de certa forma desequilibrado. Atendendo a que usando o método D'Hont ficaria 3-2, e o CHEGA não teria representação, disse que davam um dos seus lugares ao CHEGA e aceitavam a proposta do PSD.

Presidente Assembleia: Terminada a discussão, escusando-se a votação, sugeriu que, na sessão de fevereiro do próximo ano, o primeiro ponto da Ordem do Dia fosse o seguinte: **“Constituição da Comissão de Revisão do Regulamento de Atribuição de Galardões Municipais”**, em virtude de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

a presente Ordem de Trabalhos ser extensa, contendo assuntos de longa discussão. Obtendo a anuência de todos, passou ao ponto seguinte.

4. Moção de solidariedade para com as populações atingidas pelos incêndios de setembro/2024, apresentada pela Assembleia Municipal do Município do Cadaval, para conhecimento.

Presidente da Assembleia: Referindo que todos tinham tomado conhecimento da comunicação em referência, colocou o assunto à discussão.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo inscritos, deu continuidade à sessão.

5. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.

Presidente da Assembleia: Mais uma vez mencionou que aquele assunto era para conhecimento daquela Assembleia, e que tinha a ver com o assentimento de compromissos plurianuais, descritos na informação que todos receberam. Disse ainda que se encontrava presente a Dr^a Susana Pinto, Dirigente de 3º Grau da Unidade Financeira, que prestaria todos os esclarecimentos que julgasse necessários. Neste seguimento, colocou este ponto à discussão, abrindo o período de inscrições para esclarecimentos.

Inscrições: Gonçalo Magalhães; Marco Girão; Sérgio Ferreira:

Gonçalo Magalhães: Disse que, de facto, tinham recebido informação sobre este assunto, no entanto, gostava que a informação fosse complementada com a denominação dos destinatários dos pagamentos, isto é, dos fornecedores.

Dr^a Susana Pinto: Começando por dizer que, de agora em diante, essa designação será vertida na informação, revelou os nomes dos adjudicatários dos compromissos plurianuais, indicados na informação em discussão.

Marco Girão: Referindo-se à contratação para "*Fornecimento contínuo de cubos em granito*", enunciada na informação aludida, perguntou se esse procedimento era para que a Câmara tivesse sempre cubos para repor calçadas ou tapar os buracos que vão surgindo pelos mais diversos motivos, já porque, assim sendo, não estava a perceber o porquê de um fornecimento contínuo. Mais questionou se não eram aproveitados os cubos que existiam antes da abertura desses buracos.

Presidente da Câmara: Respondeu que os cubos eram fornecidos continuamente de modo a fazer face às necessidades da Câmara Municipal, dependendo das situações que iam surgindo.

Sérgio Ferreira: Depois de cumprimentar os presentes referiu que não fazia grande sentido serem inundados com mais documentação uma vez que estava tudo publicado no Portal Base. E se tantas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

vezes é feito um escrutínio à Câmara através de consultas a certos e determinados órgãos, porque não fazê-lo.

Presidente da Assembleia: Terminada a discussão do assunto, deu continuidade à sessão.

6. Declaração de Análise, discussão e votação do Regulamento da atividade "A Pedalar com e até Maria".

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto, colocou-o à discussão.

Inscrições: Gonçalo Magalhães.

Gonçalo Magalhães: Começando por dizer que fazia algum sentido a existência de um Regulamento, disse que só conseguia enquadrar aquele Regulamento num artigo incluído neste, e que tem a ver com seguros. Pois uma Seguradora só consegue segurar se existir um Regulamento. Caso contrário, não existindo fundamento, não conseguem segurar. Apesar de ser um Regulamento para uma atividade de Lazer, na sua opinião, talvez por ser profissional do ramo, aquele Regulamento necessita de mais informações a respeito do Seguro de Responsabilidade Civil, tais como, as coberturas que tem e os capitais que cobre, para que, quem se inscreve saber com o que pode contar. Terminou referindo que quer conhecer esse Seguro de Responsabilidade Civil.

Presidente da Câmara: Respondeu ao Sr. Depurando dizendo que esta atividade já se realiza há vários anos e os participantes foram sempre segurados. O Seguro a que se refere o Sr. Deputado existe não só para esta, como também para todas as atividades promovidas pelo Município e que são da sua responsabilidade. Informou ainda que, antes da realização daquela ou de outras atividades, o Município envia para a Seguradora uma listagem dos participantes inscritos, com os dados necessários para o efeito. Relativamente às coberturas e aos Capitais disse que não tinha esses dados de momento, no entanto, quando o Sr. Deputado quisesse, ser-lhe-iam facultadas as Apólices para que as pudesse consultar, sem qualquer tipo de problema. Revelou ainda que já aconteceram alguns acidentes em atividades e o Seguro assumiu tudo. Terminou referindo que, para além do Seguro de Responsabilidade Civil, o Município também tem um Seguro de Acidentes Pessoais para Participantes em Atividades Desportivas, Recreativas e Culturais, reiterando que, antes da realização de cada Atividade, era enviada a Listagem dos participantes à Seguradora.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, feita a discussão do Regulamento da atividade referida em título, este assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que o Regulamento da atividade "A Pedalar com e até Maria", foi aprovado, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

7. Análise, discussão e aprovação do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para construção de casas sociais.

Presidente da Assembleia: Como os Pontos 7 e 8 eram pedidos de autorização prévia para assunção de encargos plurianuais, sugeriu que, se os Srs. Deputados não se opusessem, o Sr. Presidente da Câmara Municipal se pronunciasse sobre os dois pontos, fazendo-se, de seguida, a discussão e votação de cada um por sua vez. Com a anuência de todos, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara: Referiu que, como tanto a Construção das Casas Sociais como o fornecimento de energia elétrica seriam contratações que teriam eficácia por mais de um ano, transitando de um ano para outro, e ambas *per si*, ultrapassam o valor autorizado para o corrente ano, na Sessão de 15 de dezembro de 2023, era necessária a autorização, tanto do Órgão Executivo como do Órgão Deliberativo, para que a Câmara possa assumir essas despesas ou encargos.

Inscrições: Não houve.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém inscrito para intervir, feita a análise do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para construção de casas sociais, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para abertura do procedimento para construção de casas sociais, foi aprovado, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

8. Análise, discussão e aprovação do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para fornecimento de energia elétrica.

Inscrições: Não houve.

Presidente da Assembleia: Não havendo inscrições para intervir, feita a análise do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para fornecimento de energia elétrica, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para abertura do procedimento para fornecimento de energia elétrica, foi aprovado, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

9. Discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa (Revisão) em baixa - ano de 2024.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto, colocou o ponto à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referiu que aquela era uma Revisão em baixa, a qual consistia em retirar uma parte da verba adstrita a obras (Rubricas) que não foram executadas e estavam vertidas no Orçamento de 2024. Enumerando essas Rubricas, e explicando as razões da retirada das verbas, informou que aquela Revisão negativa era no valor de dois milhões e quinhentos mil euros, e que a maior parte eram obras do Fundo do PRR que não obtiveram, ainda, financiamento.

Inscrições: Tiago Figueiredo; Ricardo Almeida.

Tiago Figueiredo: Após as habituais saudações, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara para quando estava prevista a Construção da ETAR de Contige, uma vez que retirou a verba dessa Obra do Orçamento do ano que ainda decorria. Terminou a sua intervenção convidando os Membros daquela Assembleia a passarem na estrada das Dunárias, num dia quente de Verão, para sentirem o odor que emana daquelas águas.

Ricardo Almeida: Depois de renovar os cumprimentos, disse o seguinte:

«Ao fim de ouvir as explicações do Sr. Presidente, que ate esteve aqui a fazer tempo neste ponto, continuo sem perceber a razão logica que existir este ponto.

O que vamos aprovar agora podíamos-lhe dar um novo título:

Discussão e votação da manobra matemática para aumentar a taxa de execução do orçamento de 2024.

Porque o que vai acontecer é isso mesmo.

O executivo é fraco e executa pouquinho, como é hábito nesta câmara as taxas de execução do orçamento são ridículas, então agora que esta acabar o ano, altera o valor do orçamento em baixa para vir dizer na próxima reunião que executou muito.

Obrigado.»

Presidente da Câmara: Respondendo ao Deputado Tiago Figueiredo, disse que a Obra de Construção da ETAR de Contige versava no Orçamento Camarário para 2025, e que esperava que, durante esse ano, pudesse lançar o concurso. Em resposta ao Sr. Deputado Ricardo Almeida, referiu que retirar do Orçamento verbas de obras que não foram executadas porque, como já tinha dito, não obtiveram financiamento, era lógico que aumentaria a taxa de execução orçamental. Disse ainda que se estava a falar de um Plano e Orçamento e não de uma Conta de Gerência, e que um Plano, como o próprio nome indica, é um Plano que, tal como na vida, muitas vezes, pelos mais variados motivos, não conseguimos concretizar.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão da 2ª Alteração Modificativa (Revisão), em baixa, do ano de 2024, este assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 19 (dezanove);

Votos contra: 1 (um); - Marco Augusto Lopes Almeida Girão;

Abstenções: 9 (nove);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, 2ª Alteração Modificativa (Revisão), em baixa - ano de 2024, foi aprovada, por maioria, nos termos do disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

10. Discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2025 a 2029) - ano financeiro 2025.

Presidente da Assembleia: Introduziu do assunto e, antes de o colocar à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que, como todos tinham conhecimento do documento em apreciação e discussão, não iria dar grandes explicações. Referindo-se ao valor global do Orçamento para 2025, vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e seis mil seiscentos e dezoito euros, disse que aquele se devia ao número e volume das obras plasmadas no Orçamento. Destacando algumas obras, terminou a sua intervenção dizendo que a Drª Susana Pinto, Dirigente de 3º Grau da Unidade Financeira, iria explicar tecnicamente o que estava explanado no Documento e esclareceria as dúvidas que surgissem. Ele próprio dissiparia as de carácter político.

Drª Susana Pinto: Recorrendo à apresentação de quadros, gráficos e tabelas explicou técnica e sucintamente o documento em discussão efetuando uma explanação elucidativa no que diz respeito às verbas e rubricas inscritas no Plano e Orçamento para 2025.

Inscrições: Marco Girão; Sandra Cravo; Ricardo Almeida.

Ricardo Almeida: Interveio perguntando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal qual era o motivo que levava a que a obra que denominou de Loteamento do Tojal, por não perceber a denominação que o Sr. Presidente lhe dá, não aparecia em nenhuma Rubrica do Orçamento, pois andou à procura e não a conseguiu identificar, sendo esta uma “bandeira” do Sr. Presidente da Câmara, a qual orçava em dois milhões e quinhentos mil euros. Sobre o Documento em si, disse o seguinte:

«Reconheço que o Orçamento é um instrumento importante para gestão Municipal.

Mas no Sátão, infelizmente, este documento diz muito pouco porque, na prática, o que nos foi entregue não deixa de ser um catálogo de intenções onde se inscrevem as obras, os projetos, mas, como nós já vimos em anos anteriores, apenas uma pequena parte fica concretizado.

O Orçamento transforma-se numa espécie de Muro das Lamentações, onde se pode colocar tudo o que se quer sem nenhum compromisso para execução do mesmo.

Sinceramente, já não espero grandes melhorias, mas, pelo menos, que haja uma coragem de apresentar orçamentos mais realistas, onde o que está escrito reflete as intenções reais e não meras ilusões a preencher páginas.

Afinal, este documento, é suposto ser guia para o futuro do nosso Concelho ou é um exercício de ficção? Obrigado.»

Marco Girão:

«Senhor Presidente do Município,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

O Orçamento municipal para 2025 apresenta um valor global de quase vinte e três milhões de euros, importância que representa um aumento de mais de dezassete por cento face ao valor do orçamento inicial para 2024.

Esses dados, conjugados com a análise da realidade económica e social do concelho, permitem-me concluir o seguinte: o senhor presidente dispõe, a cada ano que passa, de cada vez mais recursos, no entanto revela-se incapaz de os utilizar adequadamente, quer para resolver os problemas das pessoas, quer para desenvolver economicamente o concelho.

Este aumento do valor global do orçamento para 2025 é por si justificado pelo “aumento previsto das transferências do Orçamento do Estado para 2025 e do valor de transferências de capital que decorre das verbas que o município espera receber.”

Esta justificação, senhor presidente, é correta, no entanto merece uma análise mais detalhada.

Se compararmos os orçamentos iniciais de 2024 e de 2025, constatamos que o aumento global do Orçamento Municipal não se fica a dever às transferências correntes.

Senão vejamos:

Em 2024, as transferências correntes da administração central totalizaram cerca de oito milhões e oitocentos mil euros. Em 2025, essas transferências cifram-se em cerca de nove milhões de euros.

Uma diferença, portanto, de cerca de duzentos mil euros.

Aliás, o peso das transferências correntes do Estado diminuiu face ao orçamento anterior. Em 2024, as transferências do Orçamento do Estado tiveram um peso no Orçamento Municipal de mais de quarenta e cinco por cento. Em 2025, esta rubrica pesa menos de quarenta por cento.

Portanto, senhor presidente, o aumento global do orçamento inicial para 2025, não se fica a dever ao aumento das transferências correntes.

A justificação para o aumento global do orçamento municipal para 2025 reside nas transferências de capital. Em 2024, as transferências de capital cifraram-se em cerca de sete milhões de euros. No orçamento para 2025, as mesmas alcançam um valor de mais de dez milhões de euros.

É de concluir, assim, que o aumento do valor global do orçamento para 2025 fica claramente a dever-se ao incremento das transferências de capital.

A despesa de capital, que está associada ao investimento, à construção ou manutenção do património, é fundamental para incrementar a qualidade dos serviços prestados pela autarquia, melhorar a vida dos munícipes e a atratividade do concelho.

E é essa despesa que nos permite avaliar a qualidade da sua gestão. Nesse âmbito e como já referi no passado, a sua incapacidade tem sido constante e, nesse sentido, inaceitável para alguém que há muito exerce as funções de Presidente de Câmara.

Essa rubrica tão importante é constituída por duas componentes financeiras:

Uma decorre das transferências do Orçamento Geral do Estado, cujo montante está legalmente determinado e não depende do seu trabalho, da sua estratégia e da sua gestão enquanto autarca.

A outra resulta das verbas que o senhor presidente consegue captar através dos investimentos que realiza no concelho e que são cofinanciados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência ou por outros fundos europeus. Essas verbas, ao contrário das anteriores, são da sua inteira responsabilidade e decorrem da sua capacidade de captação investimento, da sua estratégia e visão, enquanto autarca.

Se analisarmos com detalhe as transferências de capital que, repito, neste orçamento se cifram em dez milhões de euros, constatamos o seguinte:

- Que a subvenção que a autarquia recebe do Orçamento do Estado determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro é, para 2025, de mais de seis milhões e trezentos e cinquenta mil euros;

- Que o montante decorrente do Artigo 35º, do número 3, da Lei 73/2013, que estabelece o regime financeiro das autarquias, é de pouco mais de dois milhões e quinhentos mil euros;

Isto significa, senhor presidente, que oitenta e oito por cento do montante das transferências de capital decorre de verbas que provêm do Orçamento Geral do Estado, que o município recebe sem qualquer contrapartida.

O senhor presidente é apenas responsável por uma pequena parte destas transferências, cerca de doze por cento, que decorre dos fundos da União Europeia para compartilhar os seus projetos de investimento.

Isto significa que a sua capacidade para captar investimento que não dependa da administração central continua a revelar-se insuficiente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Se a esta crónica incapacidade para captar fundos europeus associarmos a falta de qualidade dos poucos projetos de investimento realizados pelo senhor presidente no concelho, então o resultado é uma tremenda desilusão.

Na verdade, a diminuta captação de verbas conseguida não se tem traduzido em investimento que crie valor para o nosso concelho.

E como não tem habilidade para captar o investimento que interessa e que pode alavancar a riqueza do concelho, o senhor presidente continua a não abdicar da taxa máxima de participação variável no IRS que, para o ano de 2025, se voltará a cifrar em cinco por cento (5%), ou seja, a taxa máxima legalmente permitida. Na sua proposta para a fixação desta taxa, datada de 18 de novembro deste ano, o senhor presidente justifica a imposição da taxa máxima do imposto com dois motivos fundamentais: a redução das receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado e o decréscimo da cobrança de impostos locais.

Ora, as receitas provenientes do Orçamento do Estado dos quatro últimos Orçamentos municipais são as seguintes:

2022 - quase sete milhões de euros;

2023 - oito milhões e oitocentos mil euros;

2024 - novamente oito milhões e oitocentos mil euros e, finalmente...

2025 - nove milhões de euros.

As receitas decorrentes da cobrança de impostos locais dos quatro últimos Orçamentos Municipais são as seguintes:

2022 - cerca de cento e dezassete mil euros;

2023 - mais de cento e vinte e cinco mil euros;

2024 - cento e dezoito mil euros e...

2025 - mais de cento e sessenta e seis mil euros.

Quanto aos impostos diretos, as receitas dos quatro últimos anos são as seguintes:

2022 - mais de um milhão e seiscentos mil euros;

2023 - mais de um milhão e setecentos mil euros;

2024 - mais de um milhão e oitocentos mil euros e...

2025 - um milhão e novecentos mil euros.

Penso que já todos percebemos, senhor presidente, que as razões que apresenta para cobrar a taxa máxima de participação variável no IRS, não correspondem à verdade.

E o senhor presidente mente e impõe um castigo fiscal desnecessário aos munícipes porque, pura e simplesmente, não se preocupa com eles.

O bem-estar dos munícipes nunca foi uma verdadeira preocupação para si.

Só isso explica a sua governação de serviços mínimos e resultados miseráveis.

Por tudo o que ficou exposto, só posso votar contra esta proposta de orçamento.

Muito obrigado.»

Sandra Cravo: Referiu que queria apresentar uma Declaração de Voto e que o fará a seguir à votação, pois irá votar contra, neste ponto.

Presidente da Câmara: Em relação às declarações do Sr. Deputado Ricardo Almeida, disse que o Loteamento de Vila de Igreja, que Chamou de Loteamento do Tojal, faz parte, apenas estão a formalizar, por escrito, aquilo que já está acordado verbalmente. Logo que o documento esteja pronto, iniciar-se-á o Loteamento no terreno. Quanto ao Orçamento ser mera ficção, disse que essa era a opinião do Sr. Deputado. Respondendo ao Sr. Deputado Marco Girão, referiu que o que tinha dito foi que, grande parte do empolamento não derivava das receitas, derivava, mormente, do PRR. Relativamente aos 5% do IRS, disse que quando discutissem esse ponto, responderia ao Sr. Deputado. Em relação a todas as outras considerações tecidas pelo Sr. Deputado, arrogou que nada tinha a dizer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2025 a 2029) - ano financeiro 2025, este foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio

Votos a favor: 18 (dezoito);

Votos contra: 8 (oito) - Sandra Almeida Cravo Fonseca; Marco Augusto Lopes Almeida Girão; Tiago André Cardoso Figueiredo; Ricardo Filipe Moreira Almeida; Sofia Alexandra Almeida Ribeiro; Rosa Maria Saraiva Simões; Gonçalo Rui Martins Magalhães; Maria de Lurdes Gonçalves Almeida;

Abstenções: 3 (três);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2025 a 2029) - ano financeiro 2025, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

Sandra Cravo: Depois de cumprimentar os presentes, apresentou a Declaração de Voto que se transcreve:

«Declaração de Voto:

Após uma análise do orçamento proposto e das Grandes Opções do Plano para o próximo ano, venho, em nome do Partido Socialista manifestar nossa posição de voto contra os documentos apresentados.

Acreditamos que as opções apresentadas não respondem adequadamente às reais necessidades da nossa população. Estas opções carecem de medidas efetivas para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida no nosso município.

É fundamental que o plano de desenvolvimento seja inovador, dinâmico e capaz de antecipar o futuro. Estamos perante um plano repetitivo e sem inovação suficiente para responder adequadamente às reais necessidades da nossa população nas áreas fundamentais, tais como, a do desenvolvimento, da educação e cultura, da economia e apoio ao comércio e das tecnologias.

Um orçamento e opções que continuam a olhar para o futuro de forma tímida, sem a visão estratégica necessária para transformar o nosso concelho num verdadeiro exemplo de inovação e resiliência.

Consideremos que não priorizam de maneira eficiente os sectores mais urgentes, como a saúde, a educação, e o apoio à população mais vulnerável.

Precisamos de um plano de ação que seja autónomo, que considere fontes de financiamento internas e que seja capaz de garantir o cumprimento de compromissos. A dependência de fundos externos não pode e não deve ser o único motor de crescimento e desenvolvimento.

É evidente que as transferências e os fundos provenientes do PRR são uma oportunidade importante, mas não podemos, de forma alguma, construir o futuro do nosso concelho apenas à mercê da aprovação dessas candidaturas. O orçamento apresentado parece estar demasiado dependente de decisões externas, o que coloca em risco a implementação das ações mais urgentes e necessárias para as nossas comunidades.

É necessário repensar as opções apresentadas, criando um orçamento que se baseie não apenas nas transferências externas, mas que também contemple soluções internas e mais sustentáveis para o desenvolvimento do nosso concelho.

No entanto, sabemos reconhecer os trabalhos que vão ser desenvolvidos destacando com agrado algumas das medidas nomeadamente: a requalificação do Centro de Saúde de Sátão; da Escola Frei Rosa Viterbo; várias ETAR(s) no concelho; as creches de Sátão e de Lamas; a piscina ao ar livre do Trabulo; a Habitação Social; etc.

Resta-nos esperar e acreditar que sejam concretizadas em tempo útil (2025), conforme consta no documento. Portanto, em virtude destas falhas, e com a convicção de que é possível fazer mais e melhor pelo nosso concelho, o nosso grupo decidiu votar contra o orçamento e as grandes opções do plano aqui apresentados.»

11. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2025.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto, colocou este ponto à discussão, entregando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Começando por referir que todos os Srs. Deputados tinha recebido o documento e o tinham estudado, disse que nada mais tinha a dizer, a não ser que fosse necessária alguma explicação política. Para algum esclarecimento técnico, encontrava-se na sala a Dr^a Carla Albuquerque, Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, que responderia a qualquer questão que pretendessem ver esclarecida.

Inscrições: Sandra Cravo.

Sandra Cravo:

«A minha posição reflete preocupações sérias sobre a adequação desta proposta às reais necessidades da autarquia.

Ao meu ver a proposta apresentada para o Mapa de Pessoal não reflete de maneira adequada as necessidades reais e a distribuição eficiente de recursos humanos nas áreas que são, sem dúvida, fundamentais para o bem-estar da nossa comunidade. Com a transferência de competência para a câmara municipal na área da educação, da ação social e a saúde emergiram outras necessidades.

Essas áreas são pilares essenciais para o desenvolvimento social e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e devem receber atenção especial no que diz respeito à alocação de pessoal qualificado e suficiente para atender a essas necessidades de forma eficaz e duradoura.

A minha discordância surge principalmente pela proposta que parece, em alguns casos, privilegiar a utilização de contratos precários em detrimento da estabilidade e da qualidade de emprego. A opção por esta modalidade de contratação pode ser vista como uma solução a curto prazo, mas que não contribui para uma solução sólida, eficiente e comprometida com o bem-estar dos seus trabalhadores.

Os contratos precários têm um impacto negativo não apenas sobre os trabalhadores, que ficam em uma posição de constante insegurança laboral, mas também sobre a própria eficiência do serviço público.

Isso, além de afetar a moral da equipa, também impacta diretamente a qualidade do serviço prestado à comunidade, dado que os trabalhadores temporários têm menos motivação e comprometimento.

Por estas razões, entendo que a proposta de mapa de pessoal precisa ser revista, de forma a reduzir a dependência de contratos precários e a garantir condições de trabalho mais justas e seguras para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que se reforça a qualidade e a continuidade dos serviços prestados à comunidade.»

Presidente da Câmara: Iniciou a sua resposta perguntando à Sr^a Deputada, onde é que ela via contratações precárias no Mapa de Pessoal em discussão, porque ele não consegue encontrar nenhuma.

Sandra Cravo: Disse que se referia aos Contratos de Avença.

Presidente da Câmara: Respondeu que deveria haver algum engano da parte da Sr^a Deputada, porque esse tipo de contratos não faziam parte do Mapa de Pessoal. As modalidades de Contratos que estavam plasmadas naquele documento eram por tempo indeterminado e por tempo determinado. Terminou dizendo à Sr^a Deputada que, pelos factos descritos, a sua intervenção tinha sido completamente extemporânea.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir, feita a discussão do Mapa de Pessoal para 2025, este foi colocado à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Votos a favor: 20 (vinte);

Votos contra: 6 (seis); - *Sandra Almeida Cravo Fonseca; Gonçalo Rui Martins Magalhães; Tiago André Cardoso Figueiredo; Ricardo Filipe Moreira Almeida; Rosa Maria Saraiva Simões; Maria de Lurdes Gonçalves Almeida.*

Abstenções: 3 (três);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o Mapa de Pessoal para 2025, foi aprovado, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

12. Discussão e votação da Proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2025.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar este ponto à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referindo que em relação aquele assunto não deveria haver dúvidas, disse que era necessária a aludida autorização, por forma a agilizar os trabalhos da Câmara, naquela matéria. Disse ainda que, há já algum tempo, aquele assunto tem sido um ponto debatido na última sessão do ano.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Como ninguém se inscreveu para intervir, feita a discussão da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2025, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2025, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

13. Discussão e votação da Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou-o à discussão, transferindo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Informou que a taxa em questão era uma taxa que as operadoras iriam pagar ao Município, a qual não fica associada às faturas dos clientes. Disse ainda que a proposta se mantinha igual à do ano anterior.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a análise da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para 2025, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

14. Discussão e votação da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2025.

Presidente da Assembleia: Introduziu o assunto e, antes de o colocar à votação, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Iniciou a sua intervenção perguntando aos Membros da Assembleia se, por acaso, tinham conhecimento do número, ou percentagem, de habitantes do Concelho, pagavam IRS, de entre as pessoas que fazem IRS. Como ninguém respondeu, informou estavam entre os 27 e 28 pontos percentuais. Os restantes não pagavam. Continuou a sua intervenção reiterando a coerência da sua posição, e que, por isso, a proposta enviada à Assembleia Municipal era a mesma que foi aprovada em reunião de Câmara, com quatro votos a favor e três contra, sendo em tudo igual à proposta de anos anteriores. Mais reiterou que estava convicto que aqueles que têm um rendimento maior devem ajudar aqueles que têm um rendimento menor. Aqueles que mais necessitam, por terem poucos ou nenhuns rendimentos, não iriam beneficiar de qualquer diminuição do IRS. Quem beneficiaria com a redução do IRS eram as pessoas que pagam IRS, pois os outros, aqueles que ganham o salário mínimo, nem sequer IRS pagam. Assim continuam a propor os 5%, e a razão era a mesma que todos os anos ali apresentava.

Inscrições: Ricardo Almeida; Sérgio Ferreira.

Ricardo Almeida: Depois de cumprimentar novamente os presentes, sobre os 30% a que o Sr. Presidente se referiu, perguntou se dizia respeito à percentagem de pessoas que quando chegam ao fim do ano e pagam IRS, ou queria dizer que 30% das pessoas atingiam taxas de dedução de IRS? Se forem 30% de pagante no final do ano, acha possível. No entanto, não acredita que sejam só 30% que atinjam taxas para dedução no IRS. Porque, se assim for, estaríamos perante uma população super pobre. O que queria dizer que 70% da população ativa do Sátão auferia apenas o salário mínimo nacional.

Seguidamente, teve a seguinte intervenção:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

«É com grande revolta que vejo o presidente da câmara decidir aplicar novamente a taxa máxima de 5% na participação variável no IRS, foi uma pena que na Feira do Misco com tantos presidentes de câmara presentes não tenha trocado ideias e aprendido alguma coisa, sim os concelhos vizinhos têm taxas muito mais baixas, como é lógico.

*O dinheiro que está a retirar das famílias do Sátão não é seu, nem é seu por direito humano, **mostra a sua visão centrada na arrecadação fiscal**, é imoral esta taxa máxima.*

Se fizeram as contas, em média são 65€ por pessoa; os 65€ é das pessoas que trabalham arduamente todos os dias para sustentarem as suas vidas.

Este dinheiro tem de ser devolvido à população para aliviar as suas finanças pessoais, ajudar a pagar o crédito da casa, a comprar bens essenciais e a melhorar a sua qualidade de vida.

Reparem bem, sem nenhum regulamento de atribuição de subsídios, por exemplo, o presidente tem a liberdade de fazer o que quiser com esta verba, sem qualquer garantia de que o dinheiro será usado para o benefício das pessoas que o pagaram.

Ficamos sem saber onde estes 400.000€ são gastos.

Estão a perceber a “neblina” que esta neste ponto em discussão?!

É preciso refletir sobre a gravidade desta situação.

*Rejeitar esta proposta não é apenas uma questão política, é uma questão de **justiça social**.*

*Por isso, faço um apelo a todos os deputados aqui presentes: **chumbem esta proposta**.*

Não podemos permitir que o presidente continue a agir como se o dinheiro fosse seu, penso que todos nós estamos de acordo no facto que já pagamos demasiados impostos, impostos diretos e indiretos, esses impostos o estado distribui pelas autarquias, e agora o presidente ainda se acha no direito de retirar mais uma parte do rendimento das famílias? Isso é do mais imoral que existe.

Este dinheiro deveria ser respeitado e devolvido aos satenses.»

Sérgio Ferreira: Renovados os cumprimentos, referindo-se às declarações do Sr. Presidente da Câmara de que não chegava a 30% o número de Satenses que, efetivamente, pagam IRS, disse que tinha uma perceção diferente, pensava que esse número era menor. Mas isto de se vir dizer que “somos todos pobres”, não é real, porque o IRS compõe-se de taxas de retenção e de liquidação de imposto no ano seguinte. Por esse facto, e porque, para além do salário, tem de ser ter em conta, as despesas, o agregado familiar, entre outros fatores, não podemos ser lineares e dizer que é tudo igual, e que, quem não paga IRS, recebe o salário mínimo, porque não corresponde à verdade. Quem faz essas contas lineares não percebe o que está subjacente ao IRS, nem conhece a realidade do Concelho.

Presidente da Câmara: Reiterou que a informação que lhe foi transmitida foi de que não chegava a 30% o número de pessoas, do Concelho de Sátão, que pagavam IRS. Referindo-se à intervenção do Deputado Ricardo Almeida e às considerações que fez acerca do pagamento e do recebimento dos 65,00€, não estava correto, eram contas mal feitas. Isto porque, quem pagasse mais IRS iria receber mais benefícios do Município. Logo, mantendo a sua coerência, o que era justo era precisamente o contrário, e que sempre defendeu: quem mais recebe, pode pagar mais. Por isso mantém a sua proposta de 5%.

Presidente da Assembleia: Terminadas as intervenções, feita a discussão da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2025, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 19 (dezanove);

Votos contra: 8 (oito); - Sandra Almeida Cravo Fonseca; Marco Augusto Lopes Almeida Girão; Tiago André Cardoso Figueiredo; Ricardo Filipe Moreira Almeida; Rosa Maria Saraiva Simões; Gonçalo Rui Martins Magalhães; Sofia Alexandra Almeida Ribeiro; Maria de Lurdes Gonçalves Almeida;

Abstenções: 2 (duas);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de fixação da participação variável no IRS/2025, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

15. Discussão e votação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2025.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou-o à discussão, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Em relação ao ponto em título, referiu que a Câmara Municipal estipulou a fixação do Imposto no mínimo, igual a 0,3%, e que essa era a proposta que apresentava para discussão.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a análise da Proposta de fixação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2025, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 28 (vinte e oito);

Votos contra: 1 (um); – *Gonçalo Rui Martins Magalhães*;

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2025, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

16. Discussão e votação da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI Familiar MI) – Ano 2025.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou-o à discussão, transferindo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referindo que a proposta apresentada era a mesma dos outros anos, com as devidas atualizações, lembrou quais eram os valores de redução de IMI em cada família, dependendo do número de filhos: 1 filho = 30€; 2 filhos = 70€; 3 filhos = 140€.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a análise da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI Familiar) – Ano 2025, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI Familiar) – Ano 2025, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

17. Para conhecimento: 1ª Correção Material da 1ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Sátão.

Presidente da Assembleia: Sobre este assunto, agradecendo a anuência na sua inclusão na ordem de trabalhos, informou que se houvesse necessidade de algum esclarecimento técnico, o Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Desenvolvimento Local, Eng.º Fernando Morais, estava disponível para dissipar todas as questões. De seguida, antes de colocar o assunto à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referiu que, efetivamente, não havia nenhuma alteração ou correção do PDM, apenas tinha de ter esta denominação por força da Lei, e tinha a ver com a publicação de uma das Plantas que faz parte integrante do PDM. Isto é, esta alteração incide somente na Publicação da Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e a Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo inscrições, sobre a 1ª Correção material à 1ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sátão, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala.

A confirmação desta informação foi lavrada em Minuta.

Emita-se a competente Certidão.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

18. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

e

19. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Referiu que, como já vem sido praticado nas reuniões anteriores, se nenhum Deputado se opusesse, sem menosprezar nem retirar a importância de cada um dos pontos, colocou os pontos quinze e dezasseis da Ordem de Trabalhos à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: Tiago Figueiredo; Marco Girão; Sérgio Ferreira; Ricardo Almeida; Miguel Cabral; Rui Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Sátão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Tiago Figueiredo: Após reiterar as saudações, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se era este ano que iria cumprir a promessa de iluminar o Eucalipto de Contige.

Marco Girão: Na sua intervenção disse o seguinte:

«Senhor Presidente do Município,

A análise dos principais projetos de investimento que estão previstos no orçamento de 2025, que serão financiados pelo PRR e por outros fundos europeus, e que se incluem nas designadas despesas de capital, permite concluir que o senhor presidente está a prejudicar gravemente o desenvolvimento do concelho, atacando dessa forma o interesse dos munícipes.

Já é do conhecimento comum que o senhor presidente não soube acompanhar a evolução dos tempos. Para piorar as coisas, também não está rodeado de pessoas com a competência e a visão necessárias, que pudessem, sob a sua supervisão, compensar essa falha estrutural.

Uma séria análise dos seus últimos mandatos transmite uma certeza: a sua forma de gerir os assuntos públicos há muito não está à altura das circunstâncias, e por isso o concelho está estagnado e precisa, urgentemente, de novas ideias e projetos diferenciadores, que tragam riqueza e acrescentem valor.

E não julgue o senhor presidente que isto que acabei de dizer é mera retórica política.

Como sempre, os factos falarão por si.

Vamos, assim, proceder à análise dos dois principais projetos de investimento que o senhor presidente se propõe realizar, a saber: a requalificação da Escola Secundária e requalificação do Centro de Saúde.

A Escola Secundária Frei Rosa Viterbo vai ser requalificada. Como seria de esperar, saúdo esse importante investimento financiado pelo PRR em pouco mais de três milhões de euros.

No entanto, quero aqui estabelecer uma comparação que é, para mim, totalmente surpreendente e incompreensível, e que talvez o senhor presidente seja capaz de explicar a esta Assembleia.

A escola Básica e Secundária de Aguiar da Beira, cuja área edificada é bem menor e que tem menos de metade dos alunos que frequentam a escola secundária de Sátão, vai ser modernizada e requalificada num investimento já aprovado de cerca de cinco milhões e setecentos mil euros.

Senhor presidente, como justifica esta diferença de investimento?

O presidente de Aguiar da Beira é mais astuto? Tem mais capacidade para captar investimento?

Por favor, não venha para aqui justificar um facto, que é lamentável, com o investimento adicional já aprovado para a Escola Secundária de Sátão, referente ao Centro Tecnológico Especializado, de cerca de um milhão e duzentos mil euros.

Eu sei que esse investimento não é da sua responsabilidade, resulta do trabalho intensivo e persistente da Diretora do Agrupamento, a Doutora Helena Castro.

Questiono-o novamente senhor presidente: como justifica esta disparidade entre o investimento realizado nas escolas de Sátão e nas escolas de Aguiar da Beira?

Ainda a propósito do Centro Tecnológico Especializado, previsto para a escola secundária, espero que o senhor presidente não o coloque em causa, por razões de distração, esquecimento, ou simplesmente, incompetência.

Sabe, fiquei preocupado ao ter conhecimento que a Diretora do Agrupamento teve necessidade de lhe relembrar a máxima urgência para a autorização da ampliação de uma das salas, assim como para a necessidade de elaborar o caderno de encargos, com tudo o que lhe está associado.

Relativamente à remodelação do Centro de Saúde, orçamentada em cerca de duzentos e vinte sete mil euros, gostaria de dizer-lhe o seguinte:

Em julho de 2023, aquando da assinatura do auto de transferência de competências no âmbito da saúde, o senhor presidente escreveu ao Adjunto do Ministro da Saúde dizendo, e passo a citar

“O que está previsto pelos serviços da ARS Centro é que as obras orçamentadas para requalificar o edifício para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, têm um valor 227 mil euros. O Município de Sátão, requereu uma auditoria técnica para definir uma estimativa de custos das intervenções necessárias no edifício e equipamentos, na qual resultou uma estimativa orçamental num total de 404.871,42€ (quatrocentos e quatro mil, oitocentos e setenta e um euros e quarenta e dois cêntimos).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Assim, para que o auto produza efeitos, deve ser garantida até finais de outubro de 2023 a verba, por vós orçamentada no valor de 227 mil euros, acrescida do valor de cem mil euros (100.000 €), sendo que, mesmo assim esse valor será insuficiente, face a todas as reparações, manutenções e substituições de que carece o edifício e face ao valor apurado para colmatar todas essas insuficiências previstas na auditoria requerida pelo Município.

Se o Município de Sátão não vir atendidas as suas pretensões, até finais de outubro de 2023, o auto que ora se remete, assinado digitalmente, não é aceite, não produzindo qualquer efeito.”

Uma vez que não consta que o senhor presidente tenha denunciado o auto de transferência de competências, considerando que a verba orçamentada para a remodelação do centro de saúde corresponde à que foi definida pelos serviços da ARS Centro, e não à estimativa apurada pelo Município, pergunto-lhe senhor presidente: Recebeu a verba adicional de cem mil euros exigida por si ao Ministério da Saúde?

Ainda a esse propósito, tive o cuidado de voltar a comparar as verbas que os municípios de Sátão e de Aguiar da Beira vão receber para investir nos respetivos centros de saúde.

O senhor presidente dispõe de uma verba 227 mil euros que, atendendo à sua comunicação, que acabei de citar, é manifestamente insuficiente para remodelar o Centro de Saúde.

Todavia, o município de Aguiar da Beira vai dispor de uma verba de mais de seiscentos e quarenta e três mil euros.

Ora, o Centro de Saúde de Aguiar da Beira serve cerca de cinco mil e trezentos habitantes. Como bem sabe, o nosso concelho alberga mais de onze mil pessoas.

Perante estes dados, pergunto-lhe senhor presidente:

Como explica esta disparidade de valores?

Que capacidade negocial é a sua?

Como justificar que, em apenas dois projetos, o município de Sátão receba cerca de três milhões de euros a menos do que o município de Aguiar da Beira?

Com todo o respeito, senhor presidente, pergunto-lhe:

O que anda aqui a fazer?

Muito obrigado.»

Sérgio Ferreira: Depois de renovar os cumprimentos disse que Novembro concretizou Abril e por isso estaria mais feliz se aquela reunião tivesse sido realizada no dia 25 de novembro. Ainda a respeito deste tema disse que tinha esperança que a sessão de novembro pudesse ser realizada no dia 25, nos 50 anos do 25 de Novembro. De seguida, aludindo que as outras bancadas já o tinham feito, parabenizou a Câmara pelos Eventos que realizou durante o ano. Depois, dizendo que a partir dali iria falar em termos políticos, felicitou a “coligação” que o PS fez com o CHEGA, ali, em sede de Assembleia Municipal. A respeito da Declaração de Voto do PS sobre o orçamento, evidenciou que, embora essa declaração refira o grupo do PS, nem todos votaram contra. Nessa declaração criticam que o orçamento depende de verbas externas e que só assim é que o Concelho se desenvolvia, mas depois apoiam as obras financiadas com verbas externas. Na sua opinião há ali uma certa incoerência política.

Presidente da Assembleia: Lembrou o Sr. Deputado Sérgio Ferreira que, no próximo ano, em novembro, poderiam estar ali, ou não, porque haverá Eleições Autárquicas em outubro.

Ricardo Almeida: Tomou a palavra dizendo o seguinte:

«A transparência e a abertura são a ferramentas fundamentais para reforçarmos a confiança na política local e no trabalho que nós aqui realizamos. Por isso hoje venho propor que a nossa Assembleia Municipal possa passar a ser transmitida em direto. Uma prática que já é implementada com sucesso em diversas Autarquias, porque promove uma maior ligação entre os eleitos e a Comunidade.

Um outro assunto: Zona Empresarial de Sátão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Estamos aqui hoje, sete anos após a criação da Zona Empresarial de Sátão, e a realidade continua muito aquém das expectativas criadas em 2017. Na altura, ouviu-se nesta Assembleia que a zona estava preparada para “dar andamento aos pedidos que já tínhamos.”

No entanto, a verdade é que, ao fim de todo este tempo, temos apenas 8 empresas instaladas, mais o armazém dos bombeiros, num total de 9 entidades, dos 40 lotes disponíveis. Isto representa uma taxa de ocupação de apenas 22,5%.

Neste último ano, foi finalmente construída uma nova estrada para melhorar os acessos à zona empresarial. E ainda estamos em 2024 a falar da ausência de fibra ótica, uma aberração que demonstra como estamos longe de criar condições competitivas e atrativas para os empresários.

O ditado popular diz: “quando nasce torto, tarde ou nunca se endireita.”

Mas aqui cabe-nos perguntar: queremos mesmo que esta zona empresarial fique torta para sempre?

8 empresas em 7 anos!

22,5% de lotes ocupados!

Quero perguntar ao sr. presidente: Existem, neste momento, pedidos pendentes para a ocupação dos lotes da zona empresarial? Quantos são? Há algum plano concreto e ambicioso para promover esta infraestrutura e atrair investimento?

Ou se esta disposta a admitir, com coragem, que a localização escolhida foi, afinal, “um erro de casting” como disse o recém treinador do sporting?»

Miguel Cabral: Interveio para parabenizar a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos pela realização do Trial do Dão, bem como às restantes Entidade envolvidas, que contribuíram para o sucesso do Evento. Terminou solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que apoie este tipo de iniciativas, pois trazem muita gente e, para além de darem a conhecer lugares e produtos da Freguesia, engrandecem e divulgam o Concelho.

Rui Silva: Em jeito de brincadeira, iniciou a sua intervenção dizendo que vai colocar a cadeira ao centro da sala e assim não fica nem de um lado nem de outro. Continuou dizendo que iria falar de orçamento participativo. A este respeito, concordando com a intervenção do Sr. Deputado Ricardo Almeida, referiu que as Juntas de Freguesia não precisam das Câmaras para criarem um orçamento participativo. E como o próximo ano era ano de Autárquicas, os candidatos poderiam começar a pensar nesse assunto. Deu como exemplo a Junta de Freguesia de Massamá, onde reside, que adotou esta prática há já sete anos e tem obtido muito bons resultados.

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Depois de dirigir os habituais cumprimentos a todos os presentes, disse que, em primeiro lugar, vinha defender “a sua dama”, no que lhe dizia respeito e, em resposta ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira, em relação às votações e abstenções aquando da discussão do Orçamento, referiu que considerava essa intervenção um tanto ou quanto infeliz. Disse ainda que, embora ele ou qualquer presidente de Junta, façam parte de um grupo partidário, pessoalmente, nunca se esquecia que estava a representar a Freguesia do Sátão. Disse ainda que, se o Executivo Camarário tiver a sensibilidade de atender algumas obras solicitadas pela Freguesia, o que aconteceu, devemos ter a hombridade a honestidade suficiente para ter isso em conta. Assim, independentemente de concordar, ou não, com outras situações, estava a votar em consonância com a Freguesia do Sátão. Sobre este assunto, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo Camarário pelo respeito que tiveram para com a Freguesia de Sátão. Um outro assunto que trazia ali, tinha a ver com a atribuição de Galardões. Sobre este tema disse que considerava que não havia necessidade de partidarizar do assunto, pois o Sr. Deputado Miguel Cabral quando se pronunciou, parecia que o que interessava não era a revisão do regulamento, com a qual disse que concordava, mas sim com o número de pessoas de cada partido que deverão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

integrar a Comissão de revisão. Tendo a iniciativa partido do grupo do Partido Socialista, não havia necessidade de, em tudo, se levar a efeito o método D'Hont, porque se assim for, provavelmente, o CHEGA não estaria representado nessa Comissão, e, na sua opinião, em nome da democracia, também deve estar representado.

Terminou a sua intervenção dizendo que, em seu nome pessoal e em nome da Freguesia de Sátão, desejava um Bom Natal e muita saúde a todos e suas famílias.

Sérgio Ferreira: Renovando as saudações, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão dizendo que, possivelmente, interpretou mal a sua intervenção. Disse ainda que se foi feliz ou infeliz, não lhe competia a ele classificá-la. De seguida perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal se o nome de quem se abstinha constava das atas, ao que o Sr. Presidente respondeu que não. Continuando o seu discurso disse que, se calhar, o Sr. Presidente da Junta de Sátão, só após a intervenção que acabou de fazer é que se desvinculou da votação do PS. Disse ainda que a intervenção que fez, fê-la num contexto político, sendo naturalíssimo que o Sr. Presidente da Junta, como qualquer um Presidente de Junta, lute pela sua Freguesia, não devendo, portanto, interpretar o que foi dito, como um ataque. Terminou a sua intervenção reiterando que a sua intervenção teve um carácter somente político e não pessoal.

Presidente da Câmara: Antes de responder às questões apresentadas pelos Srs. Deputados, informou que, em relação ao "Ir e Vir", de 04-11-2024 a 25-11-2024, foram transportadas 34 pessoas. E desde 18-07-2022 até 30-09-2024, transportaram 510 pessoas. Relativamente ao estudo que foi efetuado sobre a saúde das árvores e quantas teriam que ser abatidas, ou não, comunicou o seguinte: Árvores públicas registadas:

- Sátão = 2.094;
- UF Romãs, Decermilo e Vila Longa = 525;
- Ferreira de Aves = 427;
- São Miguel de Vila Boa = 376;
- Mioma = 196;
- Avelal = 185;
- Rio de Moinhos = 119;
- Silvã de Cima = 113;
- UF de Águas Boa e Forles = 77.

De entre estas árvores, foi efetuado um *scanner* a 40 delas, cujo resultado revelou que 10 são para abater e 30 deverão ter uma poda diferente, de forma a prolongar a sua vida.

Seguidamente, começando por responder ao Sr. Deputado Tiago Figueiredo, referiu que o Eucalipto, como sabiam, era uma árvore classificada, a qual tem dado muitos problemas devido à queda de ramos. Tem que se ter muito cuidado com a ramagem, mesmo depois de a terem escorado com cabos de aço. Embora o *scanner* tenha revelado que se encontra saudável, a ramagem, oferece alguns cuidados e fragilidade. Assim sendo, enquanto estiver na Câmara Municipal, o Eucalipto não será iluminado, com receio que algo aconteça; será preservado e tratado como deve ser. Respondendo ao Sr. Deputado Marco Girão, começou por referir que, embora pudesse ter consigo outras pessoas, até aqueles eloquentemente inteligentes, tinha-as cá. Mas não as quis. Tem com ele as pessoas que escolheu. A respeito da comparação entre concelhos, disse que nunca gostou de fazer esse tipo de comparações. De seguida voltou a relatar detalhadamente, a forma como se chegou aos valores que captaram para as obras de Requalificação e de construção do Centro Tecnológico, ambas da Escola Secundária Frei Rosa Viterbo, e para a obra de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Requalificação do Centro de Saúde. Terminou este assunto referindo que se as Câmaras vizinhas foram buscar mais dinheiro, deverá ser porque as obras orçam num valor maior, situação que desconhece e, por norma, não fala do que desconhece. Quanto à intervenção do Deputado Ricardo Almeida a respeito da ZER, disse que as Empresas vinham quando podiam, e que, ainda na semana anterior, tinham recebido uma Empresa que pediu informações e mostrou interesse. Quanto à fibra ótica, repetiu a explicação que já deu várias vezes em sede de reunião de Assembleia Municipal. Terminadas as respostas aos Srs. Deputados informou que a Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal iria entregar os habituais cabazes de Natal no final daquela Sessão. Depois desejou a todos um Bom Natal e Festas Felizes. Por fim, dirigindo-se ao Sr. Deputado Marco Girão, disse-lhe que desde que chegou à Câmara Municipal, como Vereador ou como Presidente, sempre se comportou da mesma maneira em relação a tudo, mesmo em relação às Festas e que, talvez por isso, as duas queixas que o Sr. Deputado fez para a Inspeção de Finanças tinham sido arquivadas, bem como a denuncia que enviou para o Tribunal de Contas, da qual leu o despacho de arquivamento. Posto isto, terminou a sua intervenção desejando um Bom Ano a todos, com muita saúde e felicidade, e que continuam a trabalhar em prol do Concelho, que é para isso que ali estão.

Presidente da Assembleia: Antes de dar por terminada a sessão, referiu que queria deixar registado em ata que a Assembleia Municipal se congratulava com o facto de que todos os habitantes do Concelho tenham Médico de Família, tendo o Centro de Saúde passado a Unidade de Saúde Familiar Vila de Igreja. Em relação à proposta do Sr. Deputado Ricardo, de transmissão das reuniões da Assembleia Municipal, disse que iria tratar o assunto abordando-o de duas formas: a primeira seria averiguar essa possibilidade junto dos serviços de informática do Município; a outra era levar o assunto a uma próxima reunião para ser discutido, avaliando os prós e contras dessa medida.

Presidente da Câmara: Pediu a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para comunicar que o Jantar de Natal da Autarquia se realizaria no dia 13 de dezembro, organizado pela Associação de Trabalhadores do Município de Sátão.

Presidente da Assembleia Municipal: Tendo sido feita a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos da presente reunião e não havendo mais nenhum assunto para expor ou discutir, nem ninguém para intervir, deu por encerrada a sessão, pelas doze horas e dezoito minutos, agradecendo a oferta dos Cabazes e a presença de todos bem como a forma respeitosa como decorreu a reunião, desejando a todos e às suas Famílias, um Santo e Feliz Natal e um ótimo 2025.

O Presidente da Assembleia

As Secretárias